



O conceito de crise na historiografia brasileira: A Crise da Razão Histórica (1989) e Reflexões sobre a História (2017) de Michel Zaidan Filho

Muriel Custodio dos Passos¹

Resumo: Este trabalho objetiva historicizar a fabricação do conceito de crise por Michel Zaidan Filho para se referir à Modernidade, ao marxismo e à historiografia brasileira contemporânea. Para isso, realizar-se-á uma leitura de *A Crise da Razão Histórica* (1989) e *Reflexões sobre a História* (2017) com base na hermenêutica do momento histórico (Ramalho, 2022), em um círculo no qual os sentidos das partes e do todo se iluminam mutuamente (Alberti, 1996). Dessa forma, será possível analisar a forma como o núcleo comum entre as obras se relaciona com cada uma delas. O diálogo com o campo pós-hermenêutico da Teoria da História (Historik), por sua vez, será feito ao mobilizar a história do conceito de crise, bem como a sua relação com a historicidade kairológica e a escrita de manifestos (Koselleck, 2020; Ramalho, 2022). Com isso em vista, compara-se os dois livros de Zaidan, buscando-se identificar as condições de emergência dos sentidos (Alberti, 1996) e interpretar semelhanças e diferenças. Pretende-se, então, examinar as políticas do tempo envolvidas (Ávila, 2016; Mudrovcic, 2019) e as políticas de memória (in)disciplinar (Rodrigues; Mudrovcic; Avelar, 2021; Turin, 2013; Verovšek, 2016) sobre mudanças epistemológicas, teórico-metodológicas e (in)disciplinares na historiografia brasileira que possibilitaram a institucionalização da História do Tempo Presente no Brasil.

Palavras-chave: Crise; Historiografia Brasileira; Michel Zaidan Filho; Políticas do Tempo; História do Tempo Presente.

Crise da história como política do tempo e da memória (in)disciplinar

Este trabalho pretende comparar *A Crise da Razão Histórica* (1989) e *Reflexões sobre a História* (2017) de Michel Zaidan Filho. Para iluminar mutuamente o sentido das partes e do todo, pretende-se ler em um círculo hermenêutico o núcleo comum entre as duas obras, ou seja, os três capítulos da primeira que foram republicados na segunda. Esse método, contudo, é insuficiente para compreender as condições de emergência dos sentidos a partir da configuração extralinguística do texto. Recorre-se, então, ao campo pós-hermenêutico da teoria da História (Historik), cujo papel é dotar as histórias (Geschichten) e sua pragmática textual de racionalidade (ALBERTI, 1996, p. 18-19; MALERBA, 2002, p. 46). Além disso,

¹Mestrando em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e bolsista do Programa de Demanda Social (DS) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

busca-se comparar os deslocamentos entre uma obra e outra, articulando esse núcleo comum com cada uma delas.

Atenta-se ao uso do conceito de crise, como política do tempo, para dar sentido às mudanças historiográficas ocorridas no Brasil a partir da década de 1980. Assim, observa-se a forma como Zaidan Filho (1989, 2017) instaurou uma experiência de urgência temporal, ao diagnosticar uma situação de crise, de forma a mobilizar os historiadores a reagir à marginalização do marxismo na geografia (in)disciplinar². Trata-se de um cenário de aumento dos lugares de produção e circulação do saber histórico — vide a institucionalização da historiografia em programas de pós-graduação, a criação de eventos e revistas especializados e o crescimento do mercado editorial —, de aumento da autorreflexividade da (in)disciplina e de busca por outros referenciais teórico metodológicos a partir da abertura de horizontes decorrente da (re)democratização. Estabeleceu-se, então, diálogos com a *nouvelle histoire* (também chamada de terceira geração dos *Annales*), a micro-história e a história sociocultural britânica, contribuindo para um enfoque na dimensão cultural das pesquisas históricas. Historiadores marxistas como Zaidan Filho (1989, p. 23, 38-39, 71) desaprovaram essas mudanças por um suposto reacionarismo, o qual seria evidente pela relação com a moderna indústria cultural legada pela ditadura.

Dentre diversas definições de políticas do tempo ou políticas temporais possíveis, destaca-se as de Osborne (1995) e, em diálogo com ele, Ávila (2016) e Mudrovcic (2019), os quais enfatizam o caráter performativo dessa operação sobre o tempo. Para Osborne (1995, p. XII), as políticas do tempo são políticas cujo objeto de sua intenção transformadora (ou preservadora) são as estruturas temporais das práticas sociais. A partir dessa definição, Ávila (2016, p. 190, 193) sugere-se que a organização política do tempo seria uma modalidade de ordenação das articulações entre passado, presente e futuro, cujo aspecto performativo seria visível na associação de certas temporalizações com epistemologias e práticas disciplinares.

Mudrovcic (2019), por sua vez, assume uma perspectiva heurística, definindo as políticas do tempo como atos ilocucionários de definição de limites temporais e identitários, o que ocorreria por meio de uma operação de separação que construiria um “outro”. Dessa

²Opta-se aqui pela grafia (in)disciplina para enfatizar intercâmbios da História com outros campos sedimentados do saber. Trata-se de formas disciplinadas de indisciplina que confundem as fronteiras, tornando possíveis o uso de métodos e o estudo de objetos de outras áreas. Essa relações paradoxais formaram, ao longo dos séculos XIX e XX, campos especializados bastante consolidados atualmente (Rodrigues; Mudrovcic; Avelar, 2021, p. 27-28).



forma, as políticas do tempo, enquanto decisões normativas, implicam uma discriminação sincrônica e diacrônica.

Sendo assim, o conceito de crise, por seu aspecto performativo de instauração de uma experiência temporal de urgência, pode ser entendido como produto de uma política do tempo. Koselleck (2020, p. 213-215) retomou, na Antiguidade, a formulação do conceito de crise³ nos domínios militar, político, médico e teológico. Com isso, ressaltou um uso para situações caracterizadas pela urgência temporal, as quais exigiriam uma ação ou resolução imediata e definitiva. Identificou, então, três estratos semânticos no uso do conceito pela filosofia e teoria da história. O primeiro seria a história enquanto crise permanente e julgamento do mundo. O segundo seria um momento de transposição de um limite epocal, um período iterativo ou um processo de mudança. O último, enfim, seria o fim da história como um todo.

O uso generalizado do conceito de crise resulta em sua extensão para diversas áreas da vida — instituindo uma crise global — e sua dissolução. Para Ramalho (2022), esse conceito evidencia uma experiência de descontinuidade e ruptura temporal. Dessa forma, ele seria o conceito operatório entre a experiência de um tempo-kairós e o manifesto. Esse dispositivo textual organizaria e inscreveria poeticamente as formas kairológicas de experiência temporal e histórica, elaborando-as e articulando-as. O gênero manifesto, portanto, registra a mudança histórica ao mesmo tempo em que é seu instrumento, podendo ser entendido como um modo de agir. A proposta de Ramalho (2022) está baseada lógica, temporal e historicamente na contiguidade do conceito de crise, da escrita do manifesto e do kairós. A categoria meta-histórica da historicidade kairológica seria, então, a mais adequada para nomear essa experiência temporal da história. Na medida em que diagnostica e instaura uma situação de insegurança e incerteza, fornecendo um prognóstico e convocando os sujeitos à ação kairotica, pode-se perceber o caráter performativo e prescritivo do conceito de crise.

Embora tome Koselleck como referência⁴, Ramalho critica-o por reduzir a experiência temporal de crise à aceleração quando usa a metáfora da pressão do tempo para figurá-la. Essa leitura encobriria a dimensão kairológica desse fenômeno com a noção de progresso,

³ Ambos os vocábulos crise e crítica têm como procedência o verbo helênico *krinein* (κρίνειν), o qual pode ser traduzido como julgar ou separar.

⁴ Ramalho (2022) utilizou como referência a versão em inglês que se encontra no número 2 do volume 67 da revista *Journal of the History of Ideas*. A publicação dessa tradução de Michaela Richter para o inglês data de 2006.



remetendo ao tempo cronológico. Diversa — mas não opostamente — a este, pode-se entender o kairós como um instante ou momento caracterizado por ser oportuno ou favorável à decisão e à ação. Por outro lado, esse tempo envolveria perigos e ameaças, urgências e emergências. O manifesto emergiria, então, em situações de crise como o gênero textual capaz de manifestar (dar a ver) a historicidade kairológica, que seria marcada pela assimetria entre cronos e kairós. Dessa forma, este consistiria em um ponto de não retorno ou corte entre épocas, cuja singularidade é a exigência de disposições afetivas para lidar com o senso de emergência, iminência da mudança, descontinuidade, urgência, incerteza do futuro e convocação à decisão.

Tendo isso em vista, torna-se possível identificar pontos da obra de Zaidan Filho (1989; 2017) em que o autor, por meio de certas operações, abrevia o tempo cronológico em uma experiência temporal kairológica, instaurando uma situação de crise. Com essas políticas do tempo, ele buscou mobilizar seus outros historiadores marxistas a reagir com urgência às mudanças historiográficas que ocorreram a partir da década de 1980, notadamente os giros cultural e linguístico. A partir de então, esses embates configuraram políticas de memória (in)disciplinar.

As políticas de memória são definidas vagamente por Verovšek (2016, p. 3, 7, 9, 11) como um paradigma comunicativo de pesquisa sobre conteúdo substantivo da memória coletiva expresso por agentes de instituições do Estado e os modos como conflitos sobre o passado na esfera informal da sociedade civil influenciam a atuação das instituições formais do Estado. Fundamentadas na teoria do discurso de Jürgen Habermas, suas considerações, entretanto, contribuem para a percepção do papel dos canais de interlocução⁵ pelos quais a memória é transmitida, disputada, silenciada e negociada fora da esfera formal (VEROVŠEK, 2016, p. 1-3, 7-9, 11). Embora as políticas de memória estejam intimamente articuladas a noções de passado, elas mudam a forma como os atores pensam e reagem no presente, pois apresentam consequências perlocucionárias, além do conteúdo ilocucionário que se deseja transmitir com a mensagem. Esse uso da memória como instrumento político dificulta a

⁵ Esses canais teriam semelhança com um sistema de comportas, mediando as interações entre a esfera pública informal da formação de opinião e as instituições formais de construção da vontade legal. No caso da historiografia, é preciso atentar-se à inexistência de instituições normativas. Caberia então examinar a relação do campo com espaços de prestígio como a Associação Nacional de História (ANPUH), as universidades, as revistas, os eventos e as editoras.

resolução de conflitos, uma vez que a lembrança dos eventos passados constrói identidades no presente (VEROVŠEK, 2016, p. 2).

Entende-se por memória (in)disciplinar as narrativas produzidas pela historiografia sobre si mesma e sua relação com outros campos do saber, construindo identidades profissionais e efetuando exclusões. Essas narrativas frequentemente se referem a formas sedimentadas e sua contestação a partir de novos conteúdos da experiência, ou seja, tradições e enfrentamentos a elas (TURIN, 2013, p. 81-82, 86, 91-92). Aqui, é possível estabelecer uma articulação com os deslocamentos geracionais da memória apontados por Verovšek (2016, p. 10-11), uma vez que esse questionamento da tradição frequentemente parte de uma diferença geracional. As políticas de memória (in)disciplinar, conseqüentemente, seriam os usos políticos da memória coletiva e do passado do próprio campo historiográfico, em suas relações com outras áreas do conhecimento, como forma de agir sobre si e sua história. Como usos do passado, elas pressupõem políticas do tempo, ou seja, o estabelecimento de uma cesura entre presente e passado como forma de dar sentido à mudança.

A seguir, busca-se identificar as políticas do tempo e da memória em comum entre *A Crise da Razão Histórica* (1989) e *Reflexões sobre a História* (2017) de Michel Zaidan Filho, evidenciando a forma como ele buscou dar sentido às mudanças historiográficas ocorridas no Brasil a partir da década de 1980.

Entre a crise da razão e as reflexões, um núcleo comum

Em 1859, Karl Marx fez uma autoavaliação de sua carreira a partir de *A Miséria da Filosofia* (1847), o *Manifesto do Partido Comunista*, o *Discurso sobre o Livre Comércio* (ambos de 1848) e uma série incompleta de textos denominada *Trabalho Assalariado e Capital* (1849). Considerando a data e as referências presentes nas notas de rodapé do capítulo⁶, supõe-se que se trate do livro *Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Zaidan Filho (1989, p. 77-78; 2017, p. 40-42) identificou que Marx eclipsara os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* (1844), a *Sagrada Família* e as *Teses sobre Feuerbach* (ambas de 1845), ao passo que *A Ideologia Alemã* (1846) figurava como um projeto abandonado por ele e Friedrich Engels. Esse ocultamento seria um indício da ambigüidade,

⁶ Em *A Crise da Razão Histórica* (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 77-80), o capítulo foi publicado como o sexto capítulo e denominado “Marx: Dimensões”, enquanto foi publicado como sétimo capítulo e denominado “Marx e a História” em *Reflexões sobre a História* (ZAIDAN FILHO, 2017, p. 40-44).



dicotomia ou tensão dialética entre determinismo ou causalidade, de um lado, e luta de classes ou objetivação, do outro. Dependendo do texto marxiano em questão, essas dimensões ontológicas poderiam figurar isoladas, paralelas ou sobrepostas. Assim, seria difícil manter um equilíbrio entre esses dois polos da relação entre natureza e sociedade — um fio condutor apenas aparente na trajetória dessa teoria.

Em um primeiro momento, o pensamento de Marx estaria, conforme Zaidan Filho (1989, p. 78-79; 2017, p. 42), assentado em uma dialética da sociabilidade cuja mediação seria realizada pelo trabalho. A distinção entre humanidade e natureza seria um artifício teórico na medida em que ambos existiriam somente em sua relação. A unidade constituída nessa articulação dialética entre objetividade e subjetividade seria definida pela práxis enquanto eixo epistemológico. A materialidade dessa unidade do ser social, por sua vez, teria o trabalho como núcleo central da base ontológica.

No momento seguinte, a filosofia marxiana deslizaria para o evolucionismo ou positivismo, tornando-se um discurso do método. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento social estaria submetido a leis naturais, econômicas e históricas, negligenciando o papel do trabalho como aspecto mediador da realidade. Como continuidade da economia política de Adam Smith e David Ricardo, essa abordagem perderia seus princípios ontológicos críticos ou negativos, passando a buscar nexos causais como fatores explicativos da transformação social. Nessa conversão metodológica em que se naturalizou a história e que originou o materialismo dialético, a ontologia do ser social passou a ser uma ontologia do ser em geral cujo motor seria uma contradição abstrata e abrangente demais, inutilizando-a como atitude interpretativa. Desde então, o legado de Marx viveria o impasse entre ser um método determinista ou um ponto de vista como outro qualquer, acrítico e cientificamente inválido (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 79-80; 2017, p. 42-44).

Questionando-se, em outro capítulo⁷, sobre a proposta de Jürgen Habermas sobre o inacabamento do projeto emancipatório da razão iluminista e sobre o surgimento da pós-modernidade, além de reconhecer a responsabilidade da herança modernista em muitos dos desafios encarados pela humanidade, Zaidan Filho (1989, p. 27; 2017, p. 54) diagnosticou uma inegável e “profunda crise de paradigma nas ciências”. Ela estaria vinculada “aos impasses da própria modernidade”, manifestando “indícios da emergência (ou da necessidade,

⁷Trata-se de “Uma História ‘Pós-Moderna’?”, o terceiro capítulo de *A Crise da Razão Histórica* (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 27-36), o qual conclui *Reflexões sobre a História* (ZAIDAN FILHO, 2017, p. 54-66) sem numeração, sendo renomeado “Pós-Modernidade e História”.

quando menos) de novos paradigmas para o pensamento e a sociedade ocidentais”. Em uma nota de rodapé, o historiador pernambucano recomendou então a leitura de um livro de Jürgen Habermas em que há o “projeto de construção de uma nova racionalidade (comunicativa) distinta da razão estratégica ou instrumental até” então “vigente na cultura ocidental”.

Ao descrever brevemente a “perspectiva semiológica” dos “teóricos do pós-modernismo” e suas “consequências epistemológicas” para o campo da história, Zaidan Filho (1989, p. 28-29; 2017, p. 54-56) identificou o uso da alegoria e da citação o motivo pelo qual Walter Benjamin era “apontado como o precursor da historiografia ‘pós-moderna’” por Nicolau Sevcenko. O historiador pernambucano tratou, então, de examinar a teoria benjaminiana da alegoria, bem como o recurso à citação e à intertextualidade, recorrendo à relação entre amémoria (voluntária e involuntária), a experiência coletiva — oposta à vivência individual — e a salvação messiânica (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 29-36; 2017, p. 56-63).

Zaidan Filho (1989, p. 36; 2017, p. 64) concluiu capítulo defendendo que o fato de a alegoria e a citação serem ou não “características de uma (nova) história ‘pós-moderna’” não seria “tão importante quanto o fato” de que esses recursos poderiam ser “recrutados por uma modalidade de racionalismo crítico” de forma a “contribuir para diagnosticar a crise (ou os limites) do pensamento moderno (e da própria modernidade)” e para “construir um novo paradigma para a razão depurado de resíduos ideológicos e irracionais. Essa, sim, é que seria a nova historiografia de verdade”.⁸

Aqui, ficam evidentes a performatividade do conceito de crise e sua contiguidade com a experiência temporal de emergência característica da historicidade kairológica. O conceito de crise foi usado pelo historiador pernambucano, portanto, para mobilizar os leitores a aderir à proposta habermasiana de uma razão comunicativa, à qual se submeteriam os recursos benjaminianos da alegoria e da citação. No âmbito das políticas do tempo operadas por ele, destaca-se ainda a valorização da novidade como “produto de uma dinâmica temporal de autonegação constante” característica da modernidade enquanto “forma de tempo histórico” (OSBORNE, 1995, p. XII). Na verdade, essas “categorias de autoconsciência histórica”, como modernidade e pós-modernidade, teriam “uma lógica conceitual mais profunda [...] como marcadores de períodos, movimentos, formas ou estilos cronologicamente distintos e

⁸Na redação de *Reflexões sobre a História*, Zaidan Filho (2017, p. 64) suprimiu o termo “ideológicos”, mantendo somente “irracionais”.



empiricamente identificáveis: uma lógica de totalização histórica que levanta questões sobre a natureza do próprio tempo” (OSBORNE, 1995, p. VIII).

No último capítulo comum aos dois livros⁹, Zaidan Filho (1989, p. 71-72; 2017, p. 33-34) indicou a relação entre a História e a mídia ou indústria cultural como explicação para a descrição da realidade social em termos de construção imaginária, representação ou discursividade, o que teria como fundamento o nominalismo ou neokantismo. Nesse cenário, Benjamin seria a grande inspiração para denunciar o narrativas triunfalistas (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 72; 2017, p. 34). O “‘novo’ olhar do historiador” recusaria, então, as causas únicas e incorreria no relativismo antropológico, favorecendo o estudo do cotidiano e das mentalidades (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 72-74; 2017, p. 34-37). Ao final, o historiador coloca os seguintes questionamentos:

Será que com estes novos temas e novas abordagens já nos instalamos num outro terreno, a “pós-modernidade”, diante do fracasso da razão em abordar de forma crítica essas novas questões (o sonho, o prazer, o imaginário etc.), ou será possível repensar ainda estes temas do ponto de vista de uma nova racionalidade? Até o momento, a historiografia tem sido a história de um certo tipo de razão — a razão estratégica, a razão técnica, a razão do poder. Será que a única alternativa válida a essa historiografia do poder é a apologia do fragmento e da desrazão, ou será que ainda é possível pensar o órgão do conhecimento histórico a partir de outra forma de razão?(ZAIDAN FILHO, 1989, p. 74-75; 2017, p. 37).

Apesar de o conteúdo dos dois livros ser semelhante por seu núcleo comum, a resposta para essas perguntas depende também da forma como os capítulos foram posicionados por seu autor, ou seja, sua estrutura. Parte-se, então, para uma análise das diferenças estruturais entre as duas fontes.

Deslocamentos entre a crise da razão e as reflexões

No início de *A Crise da Razão Histórica* se apresentou o problema, definindo a modernidade, assinalando seus impasses e discorrendo sobre as matrizes epistemológicas das novas metodologias historiográficas: Michel Foucault, Walter Benjamin e a *nouvelle histoire*(ZAIDAN FILHO, 1989, p. 15-26, 39). Além dos já referidos recursos benjaminianos, Zaidan Filho (1989, p. 32-33, 41-70) tratou brevemente da teoria do sonho e das imagens

⁹O quinto capítulo de *A Crise da Razão Histórica* (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 71-75) foi denominado “O Novo Olhar do Historiador — A Recuperação da Narrativa Histórica e a Descoberta de Novos Objetos”. Em *Reflexões sobre a História*(ZAIDAN FILHO, 2017, p. 33-39) ele foi publicado, sem o subtítulo, como o sexto capítulo.



dialéticas e do conceito de crítica em sua relação com a salvação messiânica. Usando o recurso à citação e baseando-se no conceito de crítica, ele formulou então as noções de “interferência literária”, “interferência de natureza poética” e “interferência crítica” (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 43), fornecendo alguns exemplos (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 44-51, 58-66). Ele ainda esboçou uma história da recepção brasileira de Benjamin e uma descrição do campo dos estudos benjaminianos e das posturas adotadas nesses debates (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 41-42, 70), buscando alinhar-se ao projeto de um Novo Iluminismo elaborado por Sérgio Paulo Rouanet (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 32-33, 56-57, 70).

Após examinar a história do cotidiano e das mentalidades e sua relação com a mídia, o historiador levanta os questionamentos com os quais a seção anterior do presente texto se encerra. A resposta oferecida é um retorno crítico à obra marxiana com as ponderações, também já referidas na seção anterior, sobre a ambiguidade entre determinismo e agência humana. Zaidan Filho (1989, p. 83-84) prossegue seu argumento com a distinção entre três posturas adotadas pela historiografia marxista: o empiricismo, o dogmatismo teórico e a práxis dialética entre teoria e análise de fontes.

Diversamente, a abertura de reflexões sobre a História foi feita com observações mais introdutórias sobre a historiografia, discutindo sua relação com o presente e as paixões dos historiadores, a necessidade ou não de fontes e as (im)possibilidades de periodização (ZAIDAN FILHO, 2017, p. 9-18). Em seguida, a teoria da história foi historicizada a partir da Antiguidade, mas com enfoque a partir do século XIX (ZAIDAN FILHO, 2017, p. 11-13, 19-22). A partir do confronto de Carlo Ginzburg com Michel Foucault e Hayden White, Zaidan Filho (2017, p. 23-24) se atentou à oposição entre as análises historiográficas centradas na prova ou na retórica.

Aqui, o papel da teoria crítica nas reflexões do historiador pernambucano fica mais evidente (ZAIDAN FILHO, 2017, p. 20-21, 48) do que em *A Crise da Razão Histórica*. No fim dos anos 1980, com exceção da presença marcante da teoria benjaminiana e de algumas pontuações habermasianas, o historiador se limitou ao uso da categoria indústria cultural (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 21, 23, 29, 38-39, 58, 71) e à citação integral de um texto de Adorno sobre o Esclarecimento (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 45-47). Outra diferença entre as duas coletâneas diz respeito ao enfoque dado à teoria benjaminiana: enquanto na primeira, como já foi dito, explorou-se o conceito de crítica e a teoria do sonho e das imagens



dialéticas, a segunda privilegia uma reflexão sobre a linguagem mimética (ZAIDAN FILHO, 2017, p. 21-22, 25-32), o que sugere uma resposta ao desafio colocado pelo giro linguístico.

Conforme dito anteriormente, o historiador pernambucano avaliou a história do cotidiano e das mentalidades da mesma forma que o fez na década de 1980 (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 74-75; 2017, p. 37). O questionamento sobre a necessidade e a possibilidade de uma nova racionalidade, no entanto, é respondido de uma forma um tanto diferente. Após o capítulo sobre Marx comum a ambos os livros, a ambiguidade característica da relação do marxismo com a modernidade e, mais especificamente, com o positivismo continuou a ser discutida em um capítulo sobre a teoria crítica da Escola de Frankfurt (ZAIDAN FILHO, 2017, p. 45, 47-48). Entre seus intelectuais, Zaidan Filho (2017, p. 49-51) deu destaque a Walter Benjamin; Cabe notar que o próprio Zaidan Filho (2017, p. 49-50) reconheceu a existência de uma historicidade kairológica na proposta benjaminiana de um tempo-de-agora.

Partindo de um relato da proposta neoliberal de um fim da história formulada quando da queda do Muro de Berlim e da tentativa de retirada do saber histórico do currículo do Ensino Médio, Zaidan Filho (2017, p. 52-53) defendeu o potencial utópico e inventivo de uma história crítica ao triunfalismo. Ele concluiu, enfim, com a já referida defesa da possibilidade de os recursos benjaminianos da alegoria e da citação serem usados para diagnosticar a crise da modernidade e construir um novo paradigma de racionalidade, sendo esta a verdadeira nova historiografia.

Considerações parciais

Dessa forma, buscou-se comparar as obras *A Crise da Razão Histórica* (1989) e *Reflexões sobre a História* (2017) de Michel Zaidan Filho, com enfoque nas políticas do tempo por ele empregadas. Dentre elas, destaca-se o uso do conceito de crise para diagnosticar a situação da historiografia brasileira como um momento oportuno para a ação kairológica, marcado pela emergência de combate contra o irracionalismo decorrente do giro cultural e linguístico. Também é notável a valorização do recrutamento dos recursos benjaminianos da alegoria e da citação ao projeto habermasiano de um novo racionalismo, o qual estaria assentado na razão comunicativa. Essa, sim, seria a verdadeira nova historiografia. Essa ênfase na novidade estaria associada à dinâmica temporal de autonegação característica da modernidade. Com base nessas políticas do tempo, Zaidan Filho (1989,

2017) procurou usar politicamente a memória (in)disciplinar de forma a agir sobre o campo historiográfico brasileiro e sua história.



Referências

ALBERTI, Verena. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, p. 31-57, 1996.

ÁVILA, Arthur Lima de. “Povoando o presente de fantasmas”: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. **Revista Expedições - Teoria da História e Historiografia**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 189-209, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. Algumas questões sobre a história conceitual de “crise”. In: KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de Conceitos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. p. 213-228.

MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia: elementos para uma discussão. **Varia historia**, Belo Horizonte, n. 27, p. 27-47, 2002.

MUDROVCIC, María Inés. The politics of time, the politics of history: who are my contemporaries?. **Rethinking History**, v. 23, n. 4, p. 456-473, 2019.

OSBORNE, Peter. Preface. In: **The Politics of Time: Modernity and Avant-Garde**. Londres: Verso, 1995, p. VII-XV.

RAMALHO, Walderez. **A Experiência do Momento Histórico: tempo-kairós, escrita de manifestos e estado de crise**. Vitória: Milfontes, 2022.

RODRIGUES, Lidiane Soares; MUDROVCIC, MaríaInés; AVELAR, Alexandre de Sá. Rebeldia disciplinada? Introdução à ‘História como (in)disciplina’. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 25-44, 2021.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 6, n. 13, p. 78-95, 2013.

VEROVŠEK, Peter J. Collective memory, politics, and the influence of the past: the politics of memory as a research paradigm. **Politics, Groups, and Identities**, v. 4, n. 3, p. 529-543, 2016.

ZAIDAN FILHO, Michel. **A Crise da Razão Histórica**. Campinas: Papyrus, 1989. 87p.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Reflexões sobre a História**. Recife: NEEPD-UFPE, 2017. 70p.